

OPINIÃO SOCIALISTA



AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES NÃO CABEM NA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA

Páginas 30 a 38

GOLPE 1964
Ditadura
nunca mais!

Páginas 21 a 29

INTERNACIONAL
Guerra na Ucrânia:
quem está do lado
do imperialismo e
da burguesia?

Páginas 55 a 64

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 5

NOTAS

Classe trabalhadora é a favor da redução da jornada de trabalho

Pág. 6 a 10

Editorial

PARA MUDAR O PAÍS, SÓ COM MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

Pág. 11 a 15

Indígenas

PROPOSTA DO STF LIBERA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Pág. 16 a 20

Sergipe

APÓS FECHAMENTO DA FÁBRICA DE CIMENTO OPERÁRIOS LUTAM PELO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Pág. 21 a 29

História

61 ANOS DE GOLPE | LEMBRAR PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA, PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA

Pág. 30 a 38

Centrais

AS NECESSIDADES DA CLASSE TRABALHADORA NÃO CABEM NA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA

Pág. 39 a 54

Polêmica

O PSOL, O PT, O GOVERNO LULA E A EXTREMA DIREITA

Pág. 55 a 64

Declaração

FORA TRUMP, PUTIN E NETANYAHU DA PALESTINA E DA UCRÂNIA

Pág. 65 a 73

Polêmica

GUERRA NA UCRÂNIA: QUEM ESTÁ DO LADO DO IMPERIALISMO E DA BURGUESIA?

Pág. 74 a 77

Nacional

O CASO AVIBRAS: A INDÚSTRIA DE DEFESA EM UM PAÍS DOMINADO

Pág. 78 a 82

Mulheres

MANIFESTAÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA MACHISTA E POR DIREITOS MARCAM PROTESTOS NO BRASIL E NO MUNDO

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Jeferson Choma, Júlio Anselmo, Luciana Cândido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

⌚ Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉ opinião@pstu.org.br

☞ Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo
(SP) CEP: 01313-000

PESQUISA

Classe trabalhadora é a favor da redução da jornada de trabalho



Ato pelo fim da escala 6x1 em São Paulo (SP) | Foto: Maísa Mendes

Uma nova pesquisa revela que a reivindicação pelo fim da escala de trabalho 6×1 e pela redução da jornada de trabalho é apoiada pela maioria da classe trabalhadora brasileira. Segundo o Nexus Pesquisa e Inteligência de Dados, 65% dos brasileiros são favoráveis à redução da atual jornada de trabalho no país de 44 horas para 36 horas semanais, sem redução salarial, com a instituição de escala de trabalho 4×3 (quatro dias de trabalho e três de descanso). O percentual é semelhante (63%) ao dos que apoiam o fim da exaustiva escala 6×1, que impõe seis dias de trabalho para apenas um dia de folga, e querem a aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) protocolada este ano no Congresso. O

levantamento mostra que a redução da jornada tem o maior apoio principalmente junto aos desempregados (73%) e aos jovens de 16 a 24 anos (76%), que veem na medida um caminho para a criação de mais empregos e melhor qualidade de vida.

Entre os trabalhadores formais e informais, o apoio é de 66% e na população economicamente ativa em geral (PEA) é de 63%. As mulheres (68%) e os trabalhadores que ganham até um salário mínimo (70%) são os que mais defendem a proposta, evidenciando como a jornada atual impacta principalmente os setores mais explorados e vulneráveis economicamente.

PROMOÇÃO CULTURAL EM SP

Ganhe 50% de desconto na peça “Não Tem Meu Nome”



Para mudar o país, só com mobilização dos trabalhadores com independência de classe



Manifestação do 1º de Maio de 2024 na capital paulista | Foto: Maísa Mendes

A imposição de novas tarifas de 25% sobre a exportação de aço e alumínio brasileiro para os Estados Unidos, pelo governo Trump, revela a dominação imperialista que há décadas não apenas subjuga, mas também pilha os recursos do país. Longe de ser o Brasil o explorador dos Estados Unidos, como diz Trump, é este último, por meio de suas multinacionais, que há tempos drena as riquezas nacionais e deposita os lucros nos cofres dos bilionários estadunidenses. Essa medida tarifária não passa de mais um instrumento do arsenal imperialista, que visa encarecer os produtos brasileiros e, assim, favorecer as empresas instaladas nos EUA, intensificando a exploração e a dominação econômica sobre o Brasil.

A posição subalterna que a burguesia nacional adota frente aos monopólios internacionais é notória: mesmo diante de um tapa na cara dado pelos EUA, não toma nenhuma medida minimamente séria em defesa da soberania nacional. Pelo contrário, aceita calada, submissa, corre para articular negociações que com certeza se traduzirão em mais entrega para os bilionários estrangeiros.

A burguesia brasileira fala grosso e é uma fera contra os trabalhadores. Quanto a seus amos imperialistas, reina a cumplicidade dos que se alimentam do lucro que sobra do banquete da rapina imperialista.

SUBMISSÃO AO IMPERIALISMO

Dante disso, mais uma vez o governo Lula sinaliza para acordos, conciliação e negociações com aquele que é o máximo representante tanto da ultradireita mundial quanto da burguesia e do imperialismo. Agora seria a hora de atacar os lucros das multinacionais instaladas aqui e sobretaxar a remessa de lucro para o exterior e os lucros das multinacionais. Ao reagirem com ameaças de sair do país, deveriam ser expropriadas e terem seus bens colocados a serviço do desenvolvimento do país. Nem investem no Brasil, porque para eles dá mais lucro nos deixar no atraso, submetendo-nos à potência tecnológica e aos capitais vindos dos países centrais. Lula deveria romper este ciclo de dominação imperialista. E ir para o combate

contra as tarifas deveria ser o primeiro passo para isso.

O silêncio de bolsonaros, nikolas e outros setores da ultradireita sobre a taxação de Trump não poderia ser diferente. Afinal, se abrissem a boca seria para defender as medidas de Trump e dos EUA, pois é tudo que sabem fazer: servir e ser submissos ao chefe do seu projeto político autoritário e de dilapidação dos direitos dos trabalhadores.

É PRECISO DERROTAR A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

Enquanto isso, a vida real dos trabalhadores é bem pior do que diz o governo. É marcada pelo aumento absurdo dos preços de itens essenciais, pela precarização das condições de trabalho e pelas jornadas extenuantes. A educação e a saúde públicas seguem sufocadas e sem verbas por conta da política de arcabouço fiscal do governo Lula e Haddad.

Para mudar o país, os trabalhadores precisam construir uma mobilização independente de fato dos governos, da patronal e da direita. Em meio a um cenário de retrocessos e contradições, no qual a política econômica oficial favorece os interesses dos bilionários e dos mercados financeiros, é urgente que os trabalhadores vão à luta contra a exploração da burguesia brasileira e internacional. É preciso, portanto, derrotar a política econômica do governo Lula, derrubar o arcabouço fiscal, acabar com as privatizações e

reestatizar o que já foi entregue. As lutas contra a jornada 6×1, a das mulheres com os atos do 8 de Março, assim como a vitória da luta indígena no Pará, apontam o caminho.

Nesse contexto, centrais sindicais e partidos governistas – inclusive aqueles que se apresentam como representantes da esquerda, como o PT e o PSOL – optam por uma estratégia de conciliação com a patronal e com o governo, recusando-se a enfrentar de maneira efetiva sua política econômica. Essa postura, além de minar a possibilidade de uma transformação autêntica, acaba por reforçar a hegemonia da direita e dos setores conservadores, que se organizam em blocos de rua para reivindicar medidas como a anistia para golpistas e o aprofundamento ainda maior do capitalismo.

Sufocar e segurar a luta dos trabalhadores, como fazem o PT, a CUT, o PSOL e a UNE, é deixar o caminho livre nas ruas para a extrema direita.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E SOCIALISTA

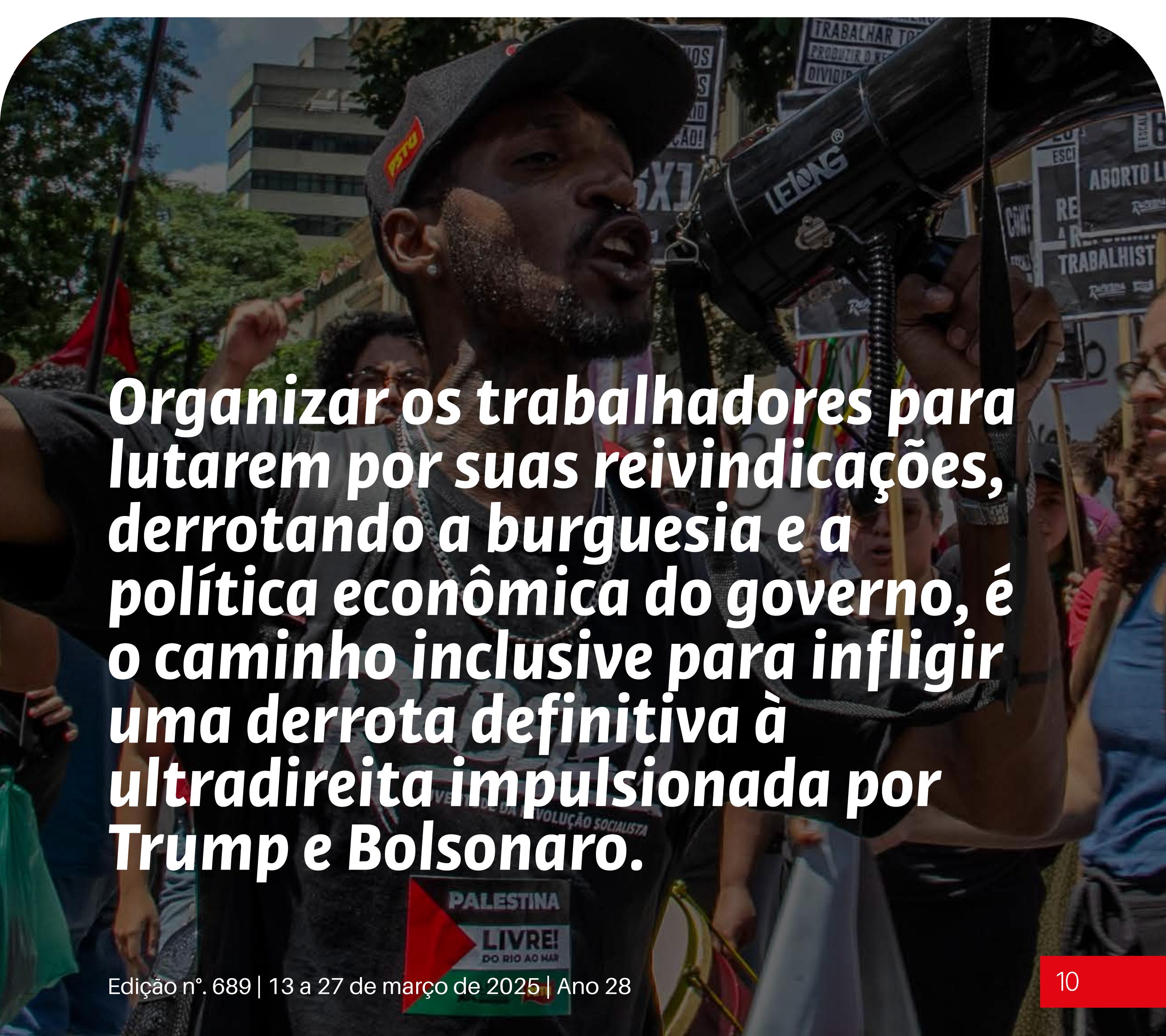
Hoje, mais do que nunca, é fundamental que os trabalhadores se unam em torno de um projeto de transformação que rejeite as concessões e os pactos com a direita. Por isso, a necessidade de uma oposição de esquerda e socialista ao governo Lula e aos demais governos.

Organizar os trabalhadores para lutarem por suas reivindicações, derrotando a burguesia e a política econômica do governo, é o caminho

inclusive para infligir uma derrota definitiva à ultradireita impulsionada por Trump e Bolsonaro.

Somente assim será possível fortalecer uma alternativa revolucionária capaz de acabar com os alicerces de um sistema que privilegia os interesses capitalistas, tanto nacionais quanto internacionais, e perpetua a exploração e o empobrecimento da maioria.

A independência de classe, portanto, não é apenas uma exigência teórica, mas uma necessidade histórica para que os trabalhadores possam construir um programa próprio, alheio aos interesses dos governos e da patronal, capaz de derrotar de fato a extrema direita e promover uma verdadeira emancipação. ■



Organizar os trabalhadores para lutarem por suas reivindicações, derrotando a burguesia e a política econômica do governo, é o caminho inclusive para infligir uma derrota definitiva à ultradireita impulsionada por Trump e Bolsonaro.

INDÍGENAS

Proposta do STF libera mineração em Terras Indígenas

Documento ainda dificulta demarcações e permite à PM reprimir retomadas

 JEFERSON CHOMA
DA REDAÇÃO



Manifestação contra o marco temporal em Brasília

Os direitos dos povos indígenas estão na alça de mira dos grandes proprietário rurais e seus aliados no Congresso Nacional e no Poder Judiciário. Uma armadilha bastante malandra foi gestada pelo ministro Gilmar Mendes no Supremo Tribunal Federal (STF). Mendes, um conhecido aliado dos latifundiários de Mato Grosso, criou e coordena uma comissão de conciliação sobre o marco temporal que prepara uma tentativa de reescrever o “capítulo dos índios” da Constituição Federal.

Em setembro de 2023, o STF decidiu que a tese do marco temporal é inconstitucional. Em resposta, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.701, que instituiu a tese. Na sequência, o Supremo recebeu várias ações para definir sobre a validade da lei. Foi no interstício dessa disputa que a comissão foi criada por Gilmar Mendes.

O QUE É O MARCO TEMPORAL?

O marco temporal é defendido por grandes proprietários de terras, grileiros e empresários do agronegócio. Consiste na ideia de que os povos tradicionais só têm direito a territórios já ocupados até a data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

Mas quem conhece um tiquinho da História do Brasil sabe que o marco temporal é uma farsa. Muitos indígenas, de fato, não ocupavam o seu território ancestral na data da promulgação da Constituição, e a razão para isso é bastante óbvia: em 1988, os indígenas há muito já haviam sido expulsos e impedidos de estar em suas terras.

NEGOCIAR DIREITOS

Em face da decisão do STF pela inconstitucionalidade do marco temporal, Gilmar Mendes optou por caminhos mais ardilosos, criando um grupo para rediscutir o tema com o improvável objetivo de “conciliar” latifundiários e povos originários espoliados desde 1.500. O movimento indígena rapidamente percebeu a armadilha. Em agosto do ano passado se retirou

da comissão, denunciando-a como uma “farsa” que busca “negociar o inegociável”: seus direitos constitucionais.

A comissão seguiu seu trabalho reunindo mais representantes do agro e do latifúndio. Mais recentemente, a comissão foi integrada pela deputada bolsonarista Silvia Nobre, mesmo não tendo participado de nenhuma das reuniões da Câmara. A deputada se autointitula indígena, mas foi deslegitimada pelas organizações do Povo Wajãpi através de uma nota de repúdio: “não representa nosso povo”, “não pode falar em nosso nome”, denunciaram.

A comissão de conciliação está na fase final dos seus trabalhos e tem até o dia 2 de abril para a aprovação de seu texto final, que seguirá para o plenário do STF e, caso seja aprovado, seguirá para o Congresso na forma de Projeto de Lei Complementar.

MARCO TEMPORAL PIORADO

Mas Gilmar Mendes já divulgou uma minuta de proposta de alteração da legislação indígena. O documento defende a liberação da mineração em Terras Indígenas, uma pauta amplamente defendida pelo governo Bolsonaro. Mendes se aproveita de uma armadilha presente na Constituição que prevê “o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas”, mas que, segundo a Carta, “só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as

comunidades afetadas” (art. 231, § 3º). Entretanto, de acordo com a minuta do ministro, a consulta aos povos indígenas sobre a mineração se torna apenas um ato de mera formalidade e menor relevância, pois eles não poderão vetar a exploração mineral em seus territórios. A opinião de quem é o dono da terra e será afetado não importa para Mendes.

IMPOSSIBILITANDO NOVAS DEMARCAÇÕES

A minuta também determina que fazendeiros e grileiros que estejam em Terras Indígenas (TIs) que venham a ser demarcadas só poderão sair quando receberem do governo federal uma indenização sobre o valor da terra nua.

Atualmente, as indenizações são calculadas apenas levando em conta o investimento feito em estrutura e construções dentro da área. Mas a proposta, além de dificultar a demarcação definitiva dos territórios, vai premiar aqueles que roubaram essas terras e usaram de violência para mantê-las sob seu domínio.

A imensa maioria dos títulos de propriedade dos invasores é uma ficção, criada por fraude cartorial, que envolve funcionários corruptos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), donos de cartórios, políticos, juízes e autoridades de distintas esferas. Na prática, a minuta é uma versão piorada do marco temporal, porque os invasores terão direito de posse sobre o território e só vão sair dele quando estiverem satisfeitos com a indenização paga pelo governo.

LATIFUNDIÁRIOS PODEM CONTESTAR DEMARCAÇÕES

Além disso, o documento prevê que setores contrários à demarcação (leia-se associações ruralistas, de fazendeiros, de madeireiros) tenham acesso a todas as informações e participem desde o início do procedimento administrativo, com a constituição do Grupo de Trabalho, indicando inclusive peritos. Na prática, isso inviabiliza a demarcação das Terras Indígenas.

PERMISSÃO PARA PM REPRIMIR

Outra medida que tem sido denunciada é o uso da Polícia Militar, em conjunto com a Polícia Federal ou a Força Nacional, para a “retirada imediata dos invasores, independentemente de se tratar de Terras Indígenas, territórios públicos ou privados, envolvendo qualquer pessoa que tenha ingressado de forma desautorizada”. Trata-se do aval para as forças de segurança pública, incluindo a PM, retirarem à força comunidades que tenha iniciado a retomada de seus territórios. Em muitas regiões do país, forças policiais já são utilizadas como milícias privadas do latifúndio, perseguindo e assassinando lideranças indígenas.

Direitos indígenas não são moeda de troca. É preciso repudiar as artimanhas de Gilmar Mendes e não depositar nenhuma confiança no Poder Judiciário e no governo. Ao mesmo tempo, é preciso exigir que o governo Lula combata efetivamente qualquer ataque aos direitos dos povos indígenas.■

SERGIPE

Após fechamento da fábrica de cimento, operários lutam pelo pagamento das verbas rescisórias

A balança da justiça burguesa tem sempre sido favorável aos empresários

 ROBERTO AGUIAR
DA REDAÇÃO

No 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, as ruas de Aracaju, capital de Sergipe, foram ocupadas por centenas de ativistas. Em meio à manifestação, destacavam-se as faixas carregadas por ex-trabalhadores da antiga fábrica de cimento Itaguassu/Nassau cobrando das autoridades o apoio à luta contra o calote imposto pela empresa, que deve as verbas rescisórias às operárias e operários. Essa luta é conduzida pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso do Estado de Sergipe (Sindicagese), filiado à CSP-Conlutas.

Localizada no município de Nossa Senhora do Socorro, na Região Metropolitana de Aracaju, a fábrica Itaguassu/Nassau, que pertencia ao Grupo João Santos, de Pernambuco, começou a atrasar os salários dos trabalhadores em 2015. No ano seguinte, parou a produção. Foi leiloada em 2022 para pagar os trabalhadores, mas esse dinheiro até hoje não caiu na conta. O Grupo João Santos, usando sua influência na justiça

pernambucana, tem impedido a finalização do processo conduzido pela Justiça do Trabalho de Sergipe.

Em dezembro de 2022, o Grupo João Santos pediu recuperação judicial e colocou a fábrica Itaguassu/Nassau dentro de seu patrimônio, mesmo após a realização do leilão e do pagamento do sinal de compra pela Polimix Concreto (cimento Mizu), em acordo assinado na justiça. Hoje, a Polimix Concreto está operando a fábrica, enquanto isso, os ex-trabalhadores da Itaguassu/Nassau seguem sem receber as verbas rescisórias, sendo que existe quase R\$ 100 milhões depositados em juízo para este fim.



Protesto por pagamento das verbas rescisórias durante a inauguração da Polimix Concreto, em novembro do ano passado | Foto: Sindicagese

SAIBA MAIS

Entenda a luta dos trabalhadores

2015

• A empresa Itaguassu/Nassau começa a atrasar os salários.

2015

• A empresa para a produção. Em setembro, os trabalhadores realizam uma greve que durou 14 dias. Um acordo foi assinado na Justiça do Trabalho, mas a empresa não cumpriu. Trabalhadores foram demitidos, apenas uma parte do setor administrativo seguiu trabalhando.

2017

• O Sindicagese entrou com ação na Justiça do Trabalho e conseguiu colocar a fábrica em leilão para pagar as dívidas trabalhistas.

2022

• Em agosto, fábrica é leiloada por R\$ 316 milhões. 25% referente ao sinal de efetivação da compra é depositado em juízo, conforme determinação da justiça, para pagar a dívida com os trabalhadores. Em dezembro, o Grupo João Santos entra com pedido de recuperação judicial e inclui a fábrica Itaguassu/Nassau dentro do seu patrimônio (mesmo a venda sendo confirmada pela justiça) para impedir o pagamento aos trabalhadores. Esse pedido foi feito junto a 15ª Vara Cível de Recife no dia 23 de dezembro, antevéspera de Natal. No dia 27, o juiz de plantão deu ganho de causa ao Grupo João Santos. Em apenas 4 dias, o juiz analisou quase 30 mil páginas e deu a sentença a favor dos empresários.

2023

O Sindicagese recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) questionando a competência da 15^a Vara Cível no processamento da recuperação judicial, já que a Justiça de Trabalho de Sergipe cuidava de todas as ações ligadas à empresa. O STJ manteve a vara pernambucana cuidando do caso.

2024

A discussão chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), que também manteve a 15^a Vara Cível como administradora da recuperação judicial, atendendo aos interesses da empresa.

A LUTA CONTINUA

“Seguimos mobilizados cobrando o pagamento dos trabalhadores”

O Sindicagese e os ex-trabalhadores da Itaguassu/Nassau seguem firmes e fortes na luta. “Apesar do posicionamento do STJ e do STF em manter o processo de recuperação judicial na 15^a Vara Cível de Pernambuco, seguimos mobilizados e na luta, tanto no campo jurídico como na ação direta. Não vamos desistir”, afirma Alan Silva, presidente do Sindicato.

“No campo jurídico, cobramos que uma ação do Sindicato, protocolada em 2023 junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, seja julgada. Nela questionamos que a Itaguassu/Nassau não se enquadra nos critérios de deferimento para a recuperação judicial, já que os requisitos exigem

que a empresa esteja paralisada em até dois anos, para que tenha esse direito. A Itaguassu/Nassau estava paralisada há mais de sete anos. Sem contar que a fábrica já não pertencia mais ao Grupo João Santos”, destaca Alan Silva.

“Seguimos mobilizados cobrando ações concretas das autoridades sergipanas e cobrando da justiça que use o dinheiro em juízo para pagar os trabalhadores. A justiça teve braço forte para entregar a fábrica aos novos donos, então precisa ter braço forte para garantir nossos direitos”, completa.

O Sindicagese tem recebido apoio da CSP-Conlutas, do PSTU, de outros sindicatos e movimentos sociais nesta luta. São cerca de 650 trabalhadores que estão sem receber as verbas rescisórias. No entanto, a fábrica está funcionando, dando lucro aos novos donos, enquanto aquelas e aqueles que dedicaram dezenas de anos de suas vidas à fábrica Itaguassu/Nassau não recebem seus direitos trabalhistas determinados em leis.■



Ex-trabalhadores da Itaguassu/Nassau durante o ato do público do 8M em Aracaju | Foto: Sindicagese

61 ANOS DE GOLPE

Lembrar para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça

 JEFERSON CHOMA
DA REDAÇÃO

Não há dúvidas de que o premiado filme brasileiro “Ainda Estou Aqui”, vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro, cumpre um papel notável: relembrar os odiosos crimes da ditadura militar instaurada pelo golpe empresarial-militar de 31 de março de 1964.

O excelente filme que retrata a dor e a tragédia da família Paiva, focando na mãe Eunice, após a prisão e o desaparecimento do marido, o ex-deputado Rubens Paiva, serve como porta de entrada para que muitos conheçam toda a covardia, brutalidade e violência de um regime de sangue que durou mais de duas décadas. Mas muita coisa dessa história ainda precisa ser passada a limpo.

A ditadura foi responsável por milhares de torturas e mortes. De pessoas que não ofereciam nenhum risco ao regime, tal como Rubens Paiva e sua família, passando por lideranças sindicais, camponesas, estudantis, indígenas e, inclusive, de militares que se posicionaram contra o golpe. São histórias que precisam ser retiradas das brumas do esquecimento. Lembrar para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

POR QUE OCORREU O GOLPE MILITAR?

O golpe foi uma resposta dos capitalistas brasileiros, grandes proprietários de terra, juntamente com o imperialismo estadunidense e políticos de oposição ao então presidente João Goulart, o Jango, a uma crescente efervescência de lutas operárias e populares nas quais o país estava mergulhado.

Naquele momento, greves aglutinavam setores amplos da classe trabalhadora e exigiam reajustes dos salários, 13º salário e uma lei para impedir a remessa de lucro das multinacionais às suas matrizes. Nos quartéis militares de baixa patente exigiam direitos políticos e melhores condições de trabalho. No campo, trabalhadores rurais e camponeses organizavam sindicatos, ocupavam terras e exigiam reforma agrária e direitos trabalhistas para os assalariados do campo.

Diante dessa efervescência de lutas, a burguesia e o imperialismo não hesitaram em derrubar Jango e iniciar uma implacável perseguição contra operários, camponeses e soldados revoltosos. O objetivo era erigir um regime autoritário contra o direito de lutar.

Não houve resistência ao golpe. Primeiro porque o governo burguês de Jango não queria fazê-la e segundo porque o então Partido Comunista Brasileiro (PCB), o maior partido da esquerda na época, com uma importante base operária e camponesa, esteve a reboque de Jango e não organizou a resistência que o momento exigia.

Ao contrário, defendia o papel “legalista” das Forças Armadas, afirmando que elas defenderiam o governo. A falta de independência do PCB ao governo se revelou trágica, inclusive para os militantes do próprio “partidão”. A ditadura acabou com as liberdades democráticas, como o direito de greve, fechou sindicatos, impôs a censura, prendeu e torturou opositores (leia quadro ao lado) e proibiu os partidos políticos.

REPRESSÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES

Sustentada por uma brutal repressão, a ditadura conseguiu impor uma superexploração dos trabalhadores com baixos salários e destruição dos direitos que haviam sido arrancados no passado. Essa foi a base do chamado “milagre econômico”, como ficou conhecido o período de 1969 a 1974, que, não por acaso, também entrou para a História como os “anos de chumbo”. Os militares prometiam crescimento e “divisão do bolo”. Mas o bolo cresceu e nunca foi dividido, e a desigualdade social aumentou. Os 10% mais ricos, que detinham 38% da renda em 1960, chegaram a ter 51% em 1980. Já os mais pobres, que tinham 17% da renda nacional em 1960, caíram para 12%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DITADURA E OS EMPRESÁRIOS

Mas a ditadura foi uma mãe para as multinacionais, que receberam muitos benefícios e colaboraram ativamente com a repressão, tal como a Volkswagen, a Fiat, a Cia. Docas de

Santos, a Paranapanema, a Cobrasma, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Aracruz e muitas outras.

A ditadura entregou a Amazônia para a exploração das mineradoras estrangeiras, como fez no Projeto Carajás. Entregou terras às empresas na região, tal como os 3 milhões de hectares entregues ao capitalista estadunidense Daniel Ludwig para a construção do Projeto Jari; ou as terras entregues à Volkswagen, que abrigava em sua fazenda trabalhadores em condição de escravidão.

A corrupção correu solta na ditadura. Bilhões foram desviados das obras faraônicas, como da Rodovia Transamazônica, da Usina Nuclear de Angra, da Hidroelétrica de Itaipu. Não havia nenhuma fiscalização, a ditadura não prestava contas dos gastos públicos e quase nada era publicado na imprensa, que estava sob censura. O final da ditadura foi marcado por um enorme endividamento externo com os grandes bancos estrangeiros. Foi de US\$ 3 bilhões, em 1964, para US\$ 100 bilhões, em 1984. A crise econômica que se seguiu impulsionou as lutas operárias contra o desemprego e a inflação galopante. A mobilização dos estudantes por liberdades democráticas, as ocupações de terras no campo e as greves operárias do ABC paulista emparedaram o regime. Os militares já não conseguiam mais governar e a ditadura acabou. Mas o fim da ditadura não resultou na punição dos crimes cometidos por seus agentes. Por exemplo, o governo gasta R\$ 140 mil por mês

com as pensões dos assassinos de Rubens Paiva. Além da impunidade, os militares continuaram gozando de inúmeros privilégios e da preservação de sua ideologia autoritária.

RAIO X

O rastro de sangue da ditadura militar

434 mortos e desaparecidos na ditadura,

conforme reconhece a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2011.

6.591 oficiais, suboficiais e soldados

nas Forças Armadas foram presos, torturados ou expulsos por se oporem ao golpe, como aponta a CNV.

1.196 camponeses

foram assassinados no campo pela ditadura, segundo a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, dado reiterado no relatório final da Comissão Camponesa da Verdade, em 2014.



O PREÇO DA IMPUNIDADE

1964 é um cadáver insepulto na nossa história

Temendo o aumento da pressão popular, decisiva para o fim da ditadura, a grande burguesia do país e os militares pactuaram um “transição negociada” e varreram toda a sujeira dos crimes da ditadura para debaixo do tapete. Por aqui, nenhum militar ou torturador foi preso ou punido pelos governos da chamada “Nova República”. E todos os governos que se seguiram (de FHC, passando por Lula, Dilma e Temer) nunca investigaram seus crimes a fundo e puniram seus responsáveis. Um processo bem diferente do que ocorreu em outros países da América Latina, tal como no Chile, Uruguai e Argentina, onde muitos militares foram investigados, julgados e presos. Isso ajudou na desmoralização e desprestígio dos militares nesses países.



Candelária, no Rio de Janeiro, ocupada por tanques

ENTULHO AUTORITÁRIO PERMANECE

No Brasil, além de gozarem da impunidade, mantiveram-se inúmeros privilégios à alta cúpula das Forças Armadas, que existe como casta privilegiada, com tribunais próprios (a Justiça Militar, que em geral facilita a impunidade para seus crimes); salários milionários e as famosas pensões militares desfrutadas por filhas “solteiras”.

As escolas militares também tiveram preservado o conteúdo curricular e doutrinário, onde a “Revolução de 1964” é ensinada como uma data a ser comemorada, e os alunos aprendem a doutrina da existência de um “inimigo interno”, o que justificaria o uso da força e de meios criminosos como torturas, prisões, execuções ou “sumiços” de opositores.

Um exemplo do chamado “entulho autoritário” é o artigo 142 da Constituição de 1988, que serve para que os generais mantenham a tutela sob o regime, sob a crença de que as Forças Armadas são um “poder moderador” diante de crises sociais e políticas. Apesar de não dizer isso, o que os militares interpretam é que a lei lhes facilita o papel de assegurar a ordem interna; quer dizer, o “direito” de intervir, internamente, contra a população e os demais poderes.

Outro exemplo é a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), medida criada pelos governos do PT, em 2013, cujo objetivo é “restaurar a ordem”. Foi por essa via que Bolsonaro teria planejado o golpe. Planejou-se assassinar o Presidente e o

Vice-presidente, além do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, e depois aplicar a GLO, seguida da decretação de um Estado de Defesa e o Estado de Sítio, para assumir o controle do país.

O “entulho autoritário” também está presente na repressão assassina das Polícias Militares nas periferias e favelas, que vitima sobretudo os jovens negros. Nesses lugares as “liberdades democráticas” ainda são uma ficção, diante de chacinas e massacres rotineiros.

Por tudo isso, o “entulho autoritário” ainda serve como uma incubadora das ameaças golpistas por partes das Forças Armadas ou de políticos de extrema direita, como Bolsonaro, o qual defende torturadores covardes e generais assassinos.

SEM ANISTIA PARA BOLSONARO **Lugar de golpistas é na cadeia**

Bolsonaro e seus aliados pretendem realizar manifestações no próximo dia 16 de março para pressionar pela aprovação do projeto de lei que anistia os golpistas. É preciso repudiá-los com todo vigor e exigir a prisão e nenhuma anistia a golpistas e seus financiadores. O que aconteceu foi muito sério. Foi a tentativa de se impor novamente um regime de sangue e tortura no país. Isso não pode ficar barato.

Mas não dá para confiar que o Congresso, o STF e o governo Lula vão efetivamente punir os golpistas. Não podemos ter nenhuma ilusão em

um governo que mantém José Múcio à frente da Defesa, um nome ligado ao bolsonarismo e que defende abertamente a anistia aos golpistas. Como acreditar em um governo que concilia com a cúpula militar que tentou destituí-lo e ainda aposta na aproximação com a direita, e setores da ultradireita, para escapar da atual crise que enfrenta? Ou em um Congresso, cujo recém-eleito presidente da Câmara, Hugo Motta, apoiado por Lula, chegou a defender anistia a golpistas?

A classe trabalhadora não pode ter nenhuma confiança nessa gente. É preciso mobilizar e reforçar a exigência de nenhuma anistia aos golpistas, investigação e prisão de todos eles, e nenhuma confiança nas instituições desse regime. A impunidade só vai alimentar novos golpes no futuro. ■



Bolsonaro posando ao lado dos generais assassinos da ditadura militar.

As necessidades da classe trabalhadora não cabem na política econômica do governo Lula

Governo não enfrenta bilionários e sofre forte queda de popularidade

 DA REDAÇÃO

Os recentes índices oficiais da economia, como o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas produzidas no país) ou a suposta redução do desemprego, mascaram a dura realidade enfrentada pela classe trabalhadora. O dia a dia das famílias é marcado pela alta inflação dos alimentos, a precarização do trabalho e jornadas extenuantes, agravadas pelas ondas de calor decorrentes da crise climática.

Não é contraditório, portanto, o salto na desaprovação do governo Lula e sua preocupação com as eleições. Desde o final de 2024, a rejeição vem aumentando, como divulgou o instituto AtlasIntel no dia 7 de março, com uma desaprovação de 53%.

BURGUESIA QUER AINDA MAIS AJUSTE FISCAL E EXPLORAÇÃO

Lula promete uma série de benefícios aos trabalhadores, mas, na prática, atende a todas as vontades do mercado, caindo numa armadilha que ele próprio criou. Sua política econômica, voltada à defesa dos capitalistas, é o que tem

provocado a queda em sua popularidade. Mesmo assim, a burguesia e o mercado financeiro exigem mais.

Aliados da direita, do centrão e da própria burguesia ameaçam abandonar o barco, enquanto a ultradireita se fortalece apesar da provável prisão de Bolsonaro. Já amplos setores bilionários capitalistas defendem ainda mais cortes, mas só para o lado do povo, uma vez que, para eles, querem ainda mais subsídios e isenções a fim de assegurar seus lucros. Em relação aos gastos sociais, exigem uma política à la Milei, um ultroliberalismo de terra arrasada, com austeridade severa e privatizações irrestritas.



Haddad e Lula | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

ENFRENTAR OS BILIONÁRIOS

O que é preciso fazer para conter a inflação dos alimentos e atender às necessidades dos trabalhadores

A fim de conter sua crise, o governo anunciou o fim da alíquota de importação de produtos como café, açúcar e carne. Mas essa medida não vai fazer o preço da comida baixar. Afinal, o problema é justamente que os alimentos produzidos aqui são cotados pelo preço internacional no mercado financeiro. Ou seja, até agora o governo nada fez de efetivo para reduzir o preço dos alimentos. Teme fazer algo para não se indispor com o agronegócio e a burguesia.

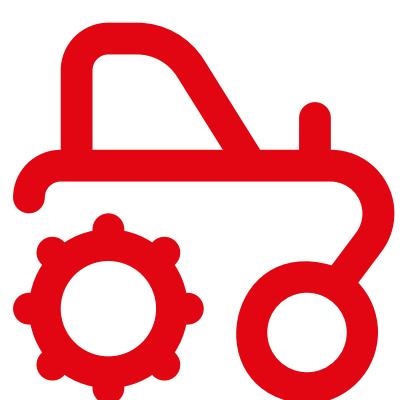


Se o Brasil produz carne e café, entre outros produtos no país, custeados em Real, pagando salários em Real, por que temos que pagar o café nas gôndolas dos supermercados em seu equivalente em dólar?



AUMENTO DOS SALÁRIOS DE ACORDO COM A INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS

O governo Lula poderia propor um gatilho salarial automático de acordo com a inflação dos alimentos. A burguesia e sua imprensa vendida tremem só de ouvir a palavra “gatilho”. Porém é o mais justo: a cesta básica subiu 10% no período? O salário mínimo, incluindo aposentadorias e benefícios sociais, sobem 10% também. Ao invés disso, a proposta do governo é instituir o crédito consignado aos trabalhadores da iniciativa privada. Ao fim e ao cabo, só vai endividar ainda mais as famílias e garantir mais lucros aos bancos, já que não há risco de inadimplência.



TIRAR DOS LUCROS DAS GRANDES EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO E DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

Além de restituir os estoques reguladores, ou seja, estoques de produtos básicos e essenciais, sob controle do Estado, por meio da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), é preciso atacar os lucros dos grandes monopólios do agronegócio e das indústrias alimentícias, grande parte delas multinacionais que exploram seus trabalhadores e cobram preços exorbitantes. Ou seja, abrir os livros das empresas, para ver o quanto estão lucrando e exigir a redução dos preços dos alimentos no Brasil a partir da constatação que a maior parte do que estas empresas ganham vai para acionistas e bilionários internacionais.

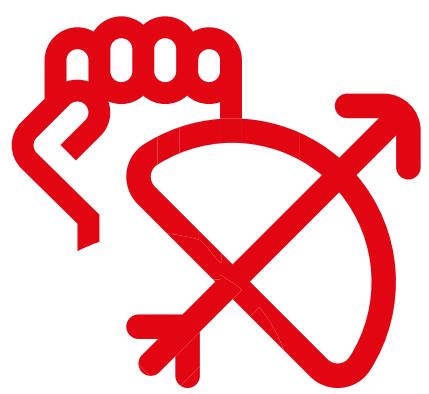


REFORMA AGRÁRIA RADICAL E EXPROPRIAÇÃO DOS GRANDES MONOPÓLIOS DO AGRO

Se as grandes empresas de alimentos e varejistas se recusassem a atender essas medidas, de forma a insistir em cobrar preços abusivos, enriquecendo à custa do povo, o governo deveria expropriar, sem indenização, estas grandes empresas, colocando os produtos à venda com um preço bem mais baixo, já que não precisaria pagar os lucros dos capitalistas.

O alto preço que pagamos pela comida é expressão da condição subalterna e semicolonial do Brasil. A produção não é voltada para alimentar a população, mas para encher os bolsos dos grandes monopólios que dominam a produção e o processamento de alimentos. São megaempresas como a JBS ou a estadunidense Cargill, que determinam o que é produzido, quanto é produzido e para onde vai tudo isso.

É preciso expropriar os grandes monopólios do agronegócio sob controle dos trabalhadores, realizando ainda uma reforma agrária radical, não só conferindo terra a quem precisa, mas oferecendo subsídios, linhas de crédito e apoio técnico. Dessa forma, assegura-se não só a sobrevivência das famílias camponesas, como é possível garantir comida barata e segurança alimentar para a população brasileira.



DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

O atual modelo capitalista no campo, com a brutal expansão das fronteiras agrícolas, é responsável ainda pelo extermínio dos povos originários e quilombolas. Com a cumplicidade do STF (Supremo Tribunal Federal) e do Congresso Nacional, dominado pela bancada da bala e do boi, e a omissão do governo Lula, querem impor o famigerado Marco Temporal e avançar ainda mais o roubo dos territórios indígenas e o genocídio indígena.

É necessário lutar para enterrar de vez a tese do Marco Temporal, garantir a demarcação e a efetiva titulação de todas as terras indígenas e quilombolas, o que, além de garantir a sobrevivência dos povos originários, serve ainda para conter o desmatamento e o avanço de grileiros, mineradoras e garimpo, protegendo o meio ambiente. É preciso também proteger o Ibama, a Funai e todos os órgãos fiscalizadores dos direitos indígenas e do meio ambiente.

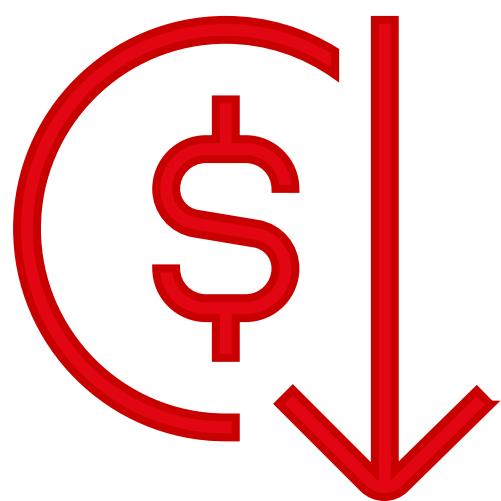


FIM DA ESCALA 6X1, COM REDUÇÃO DA JORNADA E REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA

Além da inflação dos alimentos, é preciso acabar com a jornada extenuante de trabalho. O movimento pelo fim da Escala 6×1 ganhou amplo apoio na sociedade, e por um motivo bem simples: ninguém aguenta trabalhar tanto para ganhar tão pouco.

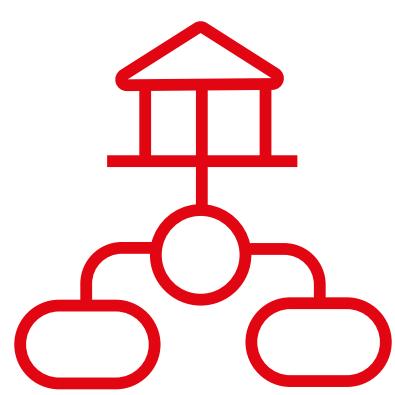
A superexploração está ligada com a precarização do trabalho, com a uberização e demais trabalhos por aplicativos, que se transformou numa espécie de escravidão moderna disfarçada de empreendedorismo.

Um levantamento da FGV Ibre mostra que a diferença salarial entre trabalhadores formais e informais caiu de 73% para 31%, e isso não significa que os informais e precários estão ganhando mais, mas que os trabalhadores de carteira estão recebendo menos, nivelando por baixo a classe trabalhadora.



SOBRETAXAR AS 200 MAIORES EMPRESAS DO PAÍS PARA GARANTIR REDUÇÃO DO IMPOSTO PARA OS TRABALHADORES

O governo fez reforma tributária para as empresas, mas nada de isenção no Imposto de Renda para os trabalhadores. A prometida isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, por sua vez, ainda não foi implementada. Tende a ter efeito limitado (caso seja realmente concretizada), já que, com a política de travar o reajuste do mínimo e não atualizar o restante da tabela, em pouco tempo cada vez menos trabalhadores ficarão nessa faixa de isenção. É preciso sobretaxar os bilionários capitalistas e os lucros das 200 maiores empresas do país para garantir redução do imposto para os mais pobres, os trabalhadores e os pequenos proprietários.



REESTATIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS, INCLUINDO A PETROBRAS 100% ESTATAL

Em fevereiro, o preço dos combustíveis teve nova alta. Isso aumenta o frete e gera uma pressão inflacionária em toda a cadeia produtiva. O governo Lula poderia reestatizar a Petrobras (prevê-se a distribuição de R\$ 9,1 bilhões em dividendos – lucro repartido entre acionistas – em abril próximo). É o povo pagando com seu suor o lucro de um punhado de bilionários. A privatização do setor elétrico também vem fazendo da vida da população um verdadeiro inferno, como acontece com a Enel, em São Paulo, ou com a Equatorial, em Porto Alegre. É preciso reestatizar todas as empresas privatizadas, sem indenização, e colocá-las sob controle dos trabalhadores.



FIM DO AR CABOUÇO FISCAL, SUSPENSÃO E AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA

O sistema da dívida transforma o país num cassino global, onde megafundos financeiros pegam dinheiro lá fora a juros de 1% e “investem” em títulos da dívida recebendo 13,25%, a segunda maior taxa de juros do mundo.

Agiotagem pura e simples, um processo de rapina financeira que suga as riquezas do país. O arcabouço fiscal está a serviço desse sistema. É preciso acabar com o arcabouço, suspender o

pagamento da dívida, impor uma auditoria, mas não só. Nacionalizar o sistema financeiro, colocá-lo sob controle dos trabalhadores, para que financiem projetos de infraestrutura para o país, e oferecer crédito barato para a população, e não para extorquir o povo como acontece hoje.

ENFRENTAR A CRISE, OS ATAQUES DO GOVERNO E A EXTREMA DIREITA

É necessário organizar uma oposição de esquerda e socialista

O governo Lula diz que a aliança com o centrão e a direita é para evitar os perigos da ultradireita. Mas nesse momento é o governo que mais ajuda a extrema direita. Inclusive para garantir de fato nenhuma anistia a golpistas, é preciso enfrentar a burguesia.

O governo Lula não está em disputa. É integralmente defensor do capitalismo. Lula não liga de governar com e para os bilionários, mesmo que, com isso, se afunde numa crise cada vez maior e perca sua base, vendo a extrema direita se fortalecer para 2026.

É necessário levantar um projeto revolucionário e socialista, apresentando uma alternativa à classe trabalhadora e à juventude. Caso contrário, se a esquerda continuar refém de um governo capitalista como o de Lula, continuaremos descendo ladeira abaixo, com a volta da extrema direita muito mais fortalecida e sedenta por sangue.■

POLÊMICA

O PSOL, o PT, o governo Lula e a extrema direita

Com o esgotamento da Nova República, a decadência do país, a crise econômica mundial e o surgimento da extrema direita, o PSOL foi voltando para os braços do PT

 **MARIÚCHA FONTANA**
DA REDAÇÃO



Guilherme Boulos, cotado para assumir um ministério do governo Lula

A queda de popularidade do governo Lula tem gerado vários debates e uma crise na esquerda que apoia e integra o governo, especialmente no PSOL.

O PSOL defende o governo e desautoriza mínimas críticas. Daí a demissão do economista David Deccache e, mais impressionante, a postura de lavar as mãos perante o ataque ao mandato do deputado federal Glauber Braga.

O PT e o PSOL têm como eixo político apoiar o governo Lula para combater a extrema direita. É nesse contexto que Valério Arcary, da corrente Resistência e da tese Semente PSOL, entra no debate por meio de artigos e entrevistas como vanguarda da propaganda dessa linha política.

Optamos por debater com Valério principalmente porque o debate com ele aborda vários ângulos, o que permite aprofundar e dar mais nitidez aos argumentos que demonstram ser errada, irreal e utópica a política de apoio ao governo Lula para combater a extrema direita. E porque, ao contrário do que diz Valério, a estratégia do socialismo, a independência de classe e a construção de uma organização revolucionária e socialista é necessidade e tarefa do nosso tempo.

COMBATER A EXTREMA DIREITA COM A MESMA POLÍTICA QUE A IMPULSIONA?

Valério toca em muitos temas, todos necessários de serem debatidos, o que voltaremos a fazer em outros artigos. Nos limites deste texto, vamos focar em debater principalmente se a tarefa dos ativistas e do proletariado é apoiar politicamente o governo Lula ou, ao contrário, fazer oposição de esquerda a ele. Tocaremos também no esgotamento do modelo de partido que representa o PSOL. E ainda se, como diz Valério sua política é a mesma de Lênin contra Kornilov. Ou se, como dizemos nós, muito pelo contrário, sua política é oposta à de Lênin contra

Kornilov e oposta à de Trotsky contra o fascismo e o nazismo.

Em entrevista concedida no dia 18 de fevereiro ao programa Faixa Livre, no YouTube, Valério diz:

Não estamos numa etapa em que a relação de forças entre a revolução e a contrarrevolução evolua favoravelmente à revolução nos países periféricos. Ao contrário. Estamos à beira do abismo, do perigo de um inverno siberiano, de uma derrota histórica. Logo, precisamos do Lula, do Lula moderado, do Lula que negocia com o Centrão a governabilidade no Congresso Nacional, do Lula que apoiou o Hugo Motta. Nós precisamos desse Lula para derrotar a extrema direita porque estamos à beira do abismo, de uma catástrofe histórica que vai exigir o intervalo de uma geração para ser superada.

Na mesma entrevista, ele diz que não está entre os que tinham expectativa de que o governo Lula romperia com o neoliberalismo, mas defendeu apoiá-lo desde o primeiro turno das eleições, porque estaríamos em uma “época histórica em que a tarefa é derrotar o fascismo e não a luta pelo socialismo”. Ou seja, Valério diz que dá para derrotar a extrema direita e o “fascismo” apoiando o governo Lula, com arcabouço fiscal e tudo.

Ele elenca várias bandeiras que os movimentos levantam, mas diz que “não podemos lutar por dez reivindicações”, então devemos lutar e mobilizar por um único eixo: “Sem anistia”.

E aconselha o governo Lula a “vir à esquerda” aprovando algumas bandeiras que não seriam anticapitalistas, mas, em especial, pede ao governo para se posicionar contra a anistia para Bolsonaro e apoiar a mobilização que a FPSM (Frente Povo Sem Medo) e a FBP (Frente Brasil Popular) chamaram contra o ato dos bolsonaristas.

Valério não exige que o governo rompa com a burguesia ou com o Arcabouço Fiscal. É contra inclusive que se exija do governo a revogação das reformas trabalhista e da Previdência ou que Lula pare as privatizações e reestatize as empresas de energia e saneamento, por exemplo.

EMBORA DIGA NÃO APOIAR O “ARCABOUÇO FISCAL DO HADDAD”, NÃO CHAMA NINGUÉM A LUTAR CONTRA ELE

Mas como combater a direita bolsonarista ou, ainda mais, o “fascismo” com arcabouço fiscal neoliberal, se é justamente esse padrão de acumulação do capitalismo que produz a nova direita? É mais ou menos como dizer: trata-se de ser contra diabetes, mas o mais importante é estar com um médico democrático, ainda que ele continue te dando açúcar.

Acontece que o governo Lula aplica a mesma política econômica de seus mandatos anteriores, chamada de “social-liberal”, “neoliberalismo inclusivo” ou “terceira via”, termos usados na adesão da social-democracia ao neoliberalismo. Só que a mesma política se aplica hoje em circunstâncias diferentes e piores. Circunstâncias forjadas em grande parte nos governos

anteriores do PSDB e do PT, agravadas pela crise capitalista mundial e pelos governos posteriores de Temer (MDB) e Bolsonaro (PL). A política econômica de Lula 3 já encontra um mundo mais em crise e um país muito mais desindustrializado, reprimarizado e com níveis superiores de precarização do trabalho do proletariado, construído por décadas de subordinação do país à divisão mundial do trabalho imperialista.

A queda de popularidade do governo mostra a inviabilidade do seu projeto capitalista “social-liberal”, que gera cada dia mais frustração na classe trabalhadora e nos setores médios, porque, apesar de pequenas concessões (que estão sendo atacadas), como o aumento do mínimo acima da inflação, a promessa de isenção dos R\$ 5 mil do Imposto de Renda (que, se aprovada para 2026, não valerá a mesma coisa que em 2024) ou o aumento do emprego (precário e com baixos salários) não são suficientes para melhorar a vida. A carestia dos alimentos é muito superior ao aumento do salário; o trabalho precário tem longas jornadas e baixíssimos salários, enquanto o governo dá generosos subsídios aos monopólios capitalistas e mantém intocado os lucros do sistema financeiro. Como se isso não bastasse, o governo que botou os pobres e oprimidos de maneira simbólica para subir a rampa na posse, rifa suas pautas para se aliar ao Centrão e à direita.

Os indígenas estão sendo massacrados, o STF (Supremo Tribunal Federal) e a bancada ruralista estão legalizando a mineração em suas terras e empurrando o Marco Temporal. E o governo Lula não apenas não desautoriza nada disso, como se abraça ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), para

defender exploração de petróleo na Margem Equatorial e atacar o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Isso para não falar que o governo, depois de o 8 de Janeiro ter significado uma derrota para a direita, atuou para manter as Forças Armadas intactas e o entulho autoritário do artigo 142 na Constituição, assim como mantém José Múcio como ministro da Defesa.

A DESCULPA DA “CORRELAÇÃO DE FORÇAS”

Valério passa pano para Lula dizendo que não há correlação de forças. Para ele, o PT, o governo Lula e suas alianças com a burguesia, a CUT e o próprio PSOL não fazem parte da correlação de forças. Não é de se estranhar. Valério era um dos que diziam ser impossível uma greve geral contra Temer e a reforma trabalhista em 2017 (não havia correlação de forças segundo ele). No entanto, naquele ano houve a maior greve geral desde 1989. E poderia ter tido outra, que poderia inclusive ter impedido Bolsonaro em 2018. Mas por que não teve outra greve? Por causa do “inverno siberiano” ou por causa do PT, da CUT, das demais centrais sindicais, exceto a CSP-Conlutas?

Da mesma maneira, agora querem colocar a luta contra a escala 6×1 a reboque da dinâmica parlamentar, sem buscar atingir seu potencial de mobilização de massas, quando todos sabemos que conquistar o fim da escala 6×1 exige grandes mobilizações. Os capitalistas e o Congresso precisam estar a ponto de perderem os dedos para ceder alguns anéis. Tal mobilização fortaleceria muito a classe trabalhadora e seguramente enfraqueceria a extrema direita. Mas por que não é essa a política do PSOL, do Valério e, menos ainda, do governo Lula?

Porque tal mobilização se chocaria com os monopólios capitalistas, com a burguesia com quem o governo se alia e para quem governa e, de tabela, com a política econômica do governo. O governo Lula, perante tal mobilização, a apoiaria e iria pra cima da direita e da burguesia? Ou faria como Alckmin e Haddad em 2013, que se negaram a congelar as tarifas de ônibus e reprimiram os estudantes?

Por que Valério e o PSOL não exigem que Lula paute já a votação de isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, o fim da escala 6×1, a diminuição do preço dos alimentos ou o gatilho salarial, demarcação e titulação imediata de todas as terras indígenas, apoio ao Ibama e, a partir disso, que chame o povo às ruas?

Valério de novo sabe que o governo não fará isso por causa dos acordos que tem com a burguesia. Mas bota a culpa na correlação de forças e defende uma política e estratégia utópica e reacionária: orienta o ativismo a ficar atrelado e a reboque do governo e de seu arcabouço fiscal e a se limitar à luta por “Sem anistia”.

É evidente que devemos exigir a prisão de Bolsonaro e nenhuma anistia. Mas não é possível alavancar nem sequer essa luta se deixar de lado as principais reivindicações e bandeiras que tocam a classe trabalhadora e a maioria do povo, como o salário, a carestia, a jornada e a escala 6×1, as terras indígenas, o clima. E todas elas se chocam com as alianças e com a política econômica do governo Lula e seu arcabouço fiscal, porque, para serem atendidas, exigiriam atacar os monopólios capitalistas do agronegócio, da

indústria e dos bancos. Por que o governo não sobretaxa os monopólios capitalistas, o agronegócio, o sistema financeiro, os lucros e dividendos das 150 ou 200 maiores empresas e seus bilionários capitalistas? Por que permite a dolarização dos preços dos alimentos dentro do país, enquanto paga salário em real?

A política “Sem anistia”, combinada com apoio ao governo Lula com Centrão e tudo, fortalece a direita e deixa todo descontentamento justo dos trabalhadores à mercê da demagogia da extrema direita.

Essa receita de Valério, longe de combater o “fascismo”, alimenta e fortalece a extrema direita, que, na iminência da possibilidade de prisão de Bolsonaro, sente-se em condições de se lançar numa contraofensiva, principalmente pela política do governo capitalista de colaboração de classes de Lula, que causa frustração.

UMA ANÁLISE-JUSTIFICATIVA PARA UMA FALSA POLÍTICA

O fortalecimento da nova direita em nível mundial, inclusive com a recente vitória de Trump, é fato. A extrema direita não deve ser subestimada e, sem dúvida, deve ser combatida.

Mas é preciso saber combatê-la e fazer uma análise realista. Valério diz que estamos à beira do abismo de uma situação contrarrevolucionária (inverno siberiano), de uma derrota histórica. Agita medo e impotência. Pinta um quadro em que pega alguns elementos da realidade, mas deixa outros muito importantes de fora.

Pois é fato também que nem Trump é um governo fascista no sentido estrito do termo. O fascismo histórico ou o nazismo tem como característica central ser um movimento armado para destruir todas as organizações e lutas do proletariado, com métodos de guerra civil. A extrema direita atual, inclusive Trump nesse momento, não é isso. Possui um projeto bonapartista, autoritário, busca organizar um movimento e mobilizar. Não são meras superestruturas eleitorais, mas seu centro nesse momento é disputar as eleições. E, a partir do Estado, buscam estreitar o regime político.

Não são, nesse momento, organizações paramilitares armadas massacrando as organizações e lutas da classe trabalhadora. Até o momento, não conseguiram aplastar ou derrotar a classe trabalhadora nem terminar com as divisões interburguesas em cada país. Por isso mesmo, Trump pode ser derrotado pela luta dos trabalhadores dentro e fora dos Estados Unidos. Ele quer impor outra correlação de forças, mas isso ainda é uma luta, e seu desfecho tem várias possibilidades. Não está dado e determinado a priori que ele conseguirá impor uma derrota histórica à classe.

No Brasil também não estamos perante um golpe militar em curso, nem com um movimento fascista com métodos de guerra civil nas ruas, muito menos na iminência de uma derrota histórica. O governo Bolsonaro foi derrotado no terreno eleitoral e também na sua tentativa de golpe em 8 de janeiro. Ele tende a ir para a prisão.

Isso não quer dizer que a nova direita esteja morta nem que deva ser subestimada, porque as condições

sociais que a originaram, a desagregação social e a decadência do país – pelas quais, além da crise capitalista mundial, os governos do PT têm grande responsabilidade – continuam as mesmas. E o governo do PT continua fazendo o que fazia antes em circunstâncias piores, as quais ele mesmo ajudou a construir. Mas não há nesse momento um golpe em curso nem um movimento fascista nas ruas. Há, isso sim, uma política da extrema direita de mobilização visando 2026. Política facilitada pelo governo de frente ampla de Lula e sua política econômica.

A política para combater a extrema direita não passa por apoiar e se atrelar ainda mais ao governo. Passa por levantar as bandeiras dos trabalhadores contra os monopólios capitalistas, a política econômica do governo e do Congresso e contra a extrema direita. Em suma, construir a independência de classe dos trabalhadores em relação à burguesia e ao governo de conciliação de classes de Lula e ser oposição de esquerda e socialista a ele, sob pena de entregar a classe trabalhadora para os braços da direita.

Porém, supondo que nossa análise esteja errada e a de Valério esteja correta. Supondo que estejamos à beira de nos enfrentarmos com milícias armadas contra as organizações dos trabalhadores e nossas lutas ou que exista um golpe em curso.

A política, mais ainda, não poderia ser apoiar politicamente Lula com Centrão e tudo, com Múcio e Arcabouço Fiscal.

Nossa política teria de ser chamar a construir destacamentos armados de autodefesa nos

sindicatos, nas ocupações, nos movimentos, construir a unidade da classe com independência e mobilização unificada. A prioridade é ter a classe organizada, unificada e mobilizada de forma independente da burguesia. A partir disso, ela pode fazer unidade na ação (e não mais que na ação) até com a avó do diabo. No caso de um golpe, evidentemente é preciso chamar a mobilização e fazer unidade de ação com o governo contra o golpe, mas jamais dar apoio político à sua política capitalista, que é rechaçada, com razão, pela classe trabalhadora e pela juventude.

AS LIÇÕES DA HISTÓRIA

Nos anos 1930, Trotsky era totalmente contrário à metodologia stalinista de chamar todos os governos de direita de fascistas ou de bonapartistas. Fazia questão de diferenciar o que ele chamava de pré-bonapartistas (que não haviam conseguido ainda derrotar profundamente o movimento operário) dos fascistas e do bonapartismo, que estabilizava um regime reacionário ou contrarrevolucionário, após a derrota da classe trabalhadora e da pequena burguesia. Trotsky dizia que evidentemente não há muros intransponíveis entre pré-bonapartismo, bonapartismo e fascismo. Nesse sentido, o futuro da extrema direita não está pré-determinado, mas definir quem enfrentamos hoje não é secundário para melhor combater.

Valério, diferente de Trotsky, não analisa de forma criteriosa a realidade atual.

Na Alemanha de 1933, Trotsky defendeu essencialmente a frente única antifascista, que consistia, em primeiro lugar, em um acordo dos

comunistas com os sociais-democratas para mobilizar e formar destacamentos de autodefesa para enfrentar os bandos fascistas, especialmente no plano militar. Os comunistas, sob orientação de Stálin, consideravam os sociais-democratas iguais aos fascistas e se negaram a fazer frente única com eles. Mas, mesmo na Alemanha, Trotsky não defendeu nem sequer frente eleitoral entre sociais-democratas e comunistas, muito menos governo com a burguesia.

Na França de 1934 a 1936 e depois na Espanha, os stalinistas, mudaram de política e passaram a defender a frente popular, ou seja, a frente com a burguesia democrática. Trotsky não se cansou de dizer que a aliança política com a burguesia liberal era contra as classes médias e que, portanto, não se combatia o fascismo pela via eleitoral, muito menos via governo de conciliação de classes. Dizia que o mais importante era a independência de classe, um programa preciso e ação de classe unificada.

Ao contrário de Valério, Trotsky nunca defendeu que se combatesse fascismo apoiando governo de conciliação com os capitalistas. Nem que a tarefa central fosse fazer unidade de ação com setores democráticos da burguesia (embora pudesse ser feito). Antes de tudo, a tarefa era unir a classe com independência de classe. A partir da unidade da classe de maneira independente da burguesia, ela poderia fazer acordos para a ação com quem fosse necessário. Mas, para combater o fascismo a partir de unir a classe, a primeira tarefa era a mobilização independente e unificada da classe e a organização de destacamentos armados de autodefesa do proletariado. Nada de prioridade eleitoral e apoio a governo de conciliação de classes!

LÊNIN CONTRA KORNILOV FEZ O CONTRÁRIO DO QUE ORIENTA VALÉRIO

A certa altura, Valério toma como exemplo a luta de Lênin e dos bolcheviques em 1917 contra a tentativa de golpe de Kornilov, dizendo ser a política que ele defende a mesma de Lênin. Mas não só as circunstâncias eram outras (havia uma revolução e um golpe militar em curso, coisa que não há neste momento), como a política de Lênin era oposta à que defende Valério. Lênin jamais deixou de ser oposição de esquerda, socialista e revolucionária ao governo de conciliação de classes de Kerensky.

O partido de Lênin nunca participou do governo, nem nunca deu “apoio político crítico” a ele, nem mesmo quando priorizou fazer unidade de ação militar contra Kornilov para derrotar o golpe. A história não se repete, mas as lições da história são fundamentais porque nos ajudam a analisar a realidade atual e a nos orientarmos nela. Nesse sentido pensamos que é muito útil que todo ativismo leia com atenção e com seus próprios olhos o texto de Lênin sobre Kornilov, compare a política de Lênin com a política de Valério e da Resistência e veja como é o PSTU (que Valério chama de ultraesquerdista) quem defende a política de Lênin, e não Valério. A política que defende Valério e que o PSOL aplica não é a que defenderam Lênin e Trotsky, mas sim, a que defenderam os mencheviques em 1917 e Dimitrov nos anos 1930.

O ESGOTAMENTO DO PROJETO DO PSOL E A ATUALIDADE DO PROJETO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Embora a Tese Semente, à qual Valério pertence no PSOL, apareça como um setor intermediário entre a esquerda do partido e sua direção, é aliada à direção majoritária. Valério mesmo diz que considera – com um erro aqui, outro ali – a política geral do PSOL correta.

O PSOL nasceu de uma ruptura com o PT durante o primeiro mandato de Lula, opondo-se à reforma da Previdência, reagindo então ao projeto neoliberal do governo. Desde sua origem, porém, foi construído sobre a base do modelo de “partido amplo”, chamado de anticapitalista, em oposição ao projeto de partido revolucionário, socialista e leninista. A tese que justificou tal concepção de partido é essa que defende Valério: que a luta pelo socialismo não estaria colocada para esta época histórica.

Seu modelo se baseia em “unir revolucionários e reformistas honestos” sobre a base de um programa dentro dos limites do sistema capitalista e da democracia burguesa, visando ampliá-la. Não tem como estratégia o poder dos trabalhadores (a ditadura do proletariado) e o socialismo. Por isso também é um partido que prioriza as eleições burguesas à mobilização da classe trabalhadora e da juventude.

Na Europa, esse modelo acabou capitalizando eleitoralmente, em alguns países, grandes mobilizações, que surgiram pela esquerda empalmando a decepção com governos da

social-democracia que, como os do PT aqui, adaptaram-se ao neoliberalismo e passaram a desmontar as conquistas do Estado de bem-estar social.

A evolução desse modelo de partido amplo, chamado de anticapitalista, resultou em pouco tempo em partidos ainda mais amplos que acabaram, na maioria dos casos, se reconciliando com a social-democracia e com a institucionalidade vigente, participando de seus governos e sustentando a aplicação dos ajustes neoliberais contra a classe trabalhadora. É o caso do Podemos, na Espanha, e foi o do Syriza, na Grécia.

Inclusive na Grécia, onde o Syriza chegou ao governo central em 2015 com Alexis Tsipras contra a social-democracia, acabou por aplicar os planos da Troika (FMI, BCE, Comissão Europeia), causando total decepção nos trabalhadores num país que viveu sua maior crise econômica e quase uma insurreição entre 2012 e 2015.

No Brasil, o PSOL percorre o mesmo caminho. Com o esgotamento da Nova República, a decadência do país, a crise econômica mundial e o surgimento da extrema direita, ele vai voltando para os braços do PT, integra o governo e defende a institucionalidade e a ordem vigente. Isso expressa, ao contrário do que diz Valério, que se estreitou o espaço para ter um partido com aparência de radical como oposição ao neoliberalismo e a um governo de conciliação,

sem chegar a questionar de fato a democracia burguesa e o sistema capitalista. Isso demonstra a necessidade ainda mais urgente de um projeto socialista e revolucionário, que organize a classe trabalhadora com independência de classe e de todos os governos capitalistas para derrotar a extrema direita e as condições sociais que a reproduzem. E que, portanto, lute pela transformação socialista da sociedade, aqui e no mundo. ■



Greve geral no Brasil em 28 de abril de 2017. PT e CUT trairiam a continuidade da luta, o que favoreceu a eleição de Jair Bolsonaro

DECLARAÇÃO

Fora Trump, Putin e Netanyahu da Palestina e da Ucrânia

Pela vitória da resistência palestina e ucraniana!

 LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES
QUARTA INTERNACIONAL ([LIT-QI](#))



Trump humilha Zelensky na Casa Branca

Há uma agitação global com o primeiro mês do governo Trump, o qual está adicionando sérios elementos de crise à ordem mundial, como a política em relação a Putin e à Europa e seus impulsos anexionistas.

Trump lidera um governo de ultradireita no país imperialista mais importante do planeta. Ele tentará deportar milhões de imigrantes, embora até agora tenha ficado atrás dos totais diárioss de deportações de Biden devido ao nível de resistência dos próprios imigrantes.

Também ataca duramente os direitos LGBTI+ e todas as conquistas das lutas contra a opressão. Soma-se a isso a tentativa de demitir centenas de milhares de funcionários e acabar com a escassa legislação ambiental, enquanto Musk está em meio a uma operação de redução do Estado na sua parte assistencial e de desregulamentação para as grandes empresas. Trump defende seu projeto de extrema direita em nome da “liberdade”, o que significa liberdade total para as grandes empresas fazerem o que quiserem, incluindo controlar as mídias sociais e espalhar notícias falsas. Está promovendo um projeto autoritário, aumentando de forma drástica o poder do Executivo para anular o Congresso e já está forçando os limites da Constituição. Para isso, também está mudando o comando das Forças Armadas.

O imperialismo estadunidense continua hegemônico em termos econômicos, financeiros, militares e geopolíticos, mas precisa enfrentar o emergente imperialismo chinês. Trump busca restabelecer essa hegemonia, mas de forma diferente da outra fração burguesa imperialista representada pelo Partido Democrata. De certa forma, assume o declínio estadunidense como um fato e quer concentrar seus esforços no confronto com o imperialismo chinês. O aumento de tarifas que está sendo decretado é uma postura defensiva contrária à clássica abertura tarifária da globalização, a qual se baseava na produtividade nitidamente superior do imperialismo.

Trump expressa o declínio dos EUA quando muda sua posição em relação à Rússia na guerra da Ucrânia, legitimando a invasão de Putin. Ele diz que a segurança europeia é tarefa dos europeus, o que se encaixa em sua lógica de reduzir os gastos estadunidenses na região para se concentrar no confronto com a China. Ele busca uma aliança com Putin para o distanciar da China e fortalecer a ultradireita europeia, que ambos apoiam.

Todo apoio à resistência ucraniana

Trump mudou a política do imperialismo estadunidense sobre a guerra na Ucrânia, aceitando e legitimando a invasão russa e a anexação dos territórios ocupados. Ele tentou forçar Zelensky a assinar um acordo para explorar terras ricas e minerais raros como uma espécie de compensação pelos gastos dos EUA na guerra. Um acordo colonial tão desfavorável à Ucrânia, que o presidente ucraniano foi forçado a rejeitá-lo.

Isso torna as coisas muito mais difíceis para a resistência ucraniana, já em uma situação difícil, mas ainda não derrotada. Durante três anos, o povo ucraniano resiste de maneira heroica à invasão de um exército muito mais forte. A guerra de trincheiras na região de Donbass mostra um avanço lento da invasão russa, com pesadas baixas para os invasores.

Zelensky apostou tudo no apoio do imperialismo estadunidense e europeu, e agora o tapete

debaixo dele foi puxado. Trump e Putin iniciaram negociações, excluindo a Europa e a Ucrânia, para um “acordo” que legitimaria a anexação de parte da Ucrânia pela Rússia.

INDIGNAÇÃO

O imperialismo não faz o que quer. Ele faz o que pode. O imperialismo estadunidense pode fazer muito, porque é o mais forte. Mas o resultado de suas ações dependerá do equilíbrio de forças política, econômica e militar.

A guerra na Ucrânia não vai acabar porque Trump quer. Um sentimento de indignação está tomando conta do povo ucraniano hoje contra Trump. A luta heroica da resistência ucraniana continua, e isso requer maior apoio dos ativistas e das massas do mundo do que teve até agora. O neoestalinismo global, que apoiou amplamente a invasão de Putin com um discurso “contra o imperialismo”, agora está do mesmo lado de Trump.

INDEPENDÊNCIA DOS TRABALHADORES

Somos a favor de derrotar a invasão e a ocupação de Putin e defender a integridade territorial e a soberania da Ucrânia. Rechaçamos o “acordo de paz” de Trump e Putin e denunciamos a proposta de pilhagem imperialista da economia ucraniana. Continuamos a apelar à solidariedade ativa da classe trabalhadora mundial com a resistência ucraniana e apoiamos seu direito de obter as armas necessárias para continuar a luta.

Exigimos o cancelamento da dívida externa da Ucrânia com o FMI e com os imperialistas! Da mesma forma, denunciamos o imperialismo europeu, cuja ajuda a conta-gotas à Ucrânia nunca teve a intenção de garantir sua vitória, mas sim de debilitar Putin. Seus planos armamentistas e de aumento de gasto militar não visam ajudar a Ucrânia, mas sim servir aos seus objetivos imperialistas. Não existem imperialismos bons!

Defendemos a independência política dos trabalhadores ucranianos contra o governo neoliberal de Zelensky.
Defendemos a independência dos trabalhadores contra todos os imperialismos.

PALESTINA LIVRE

Todo apoio à luta palestina

O acordo de cessar-fogo em Gaza foi uma vitória muito importante, embora parcial, para os palestinos. Israel, mesmo depois de um genocídio bárbaro, não conseguiu liquidar o Hamas e pôr fim à heroica resistência palestina.

A brutal superioridade militar de Israel, o assassinato de mais de 60 mil pessoas, a destruição da maioria das casas, hospitais e escolas não conseguiram atingir os objetivos genocidas de Netanyahu de exterminar o Hamas

e resgatar os reféns pela força.

Os palestinos conseguiram a libertação de centenas de prisioneiros e suas cerimônias de entrega de reféns israelenses se tornaram demonstrações da força que manteve a resistência palestina. Além disso, conseguiram alívio temporário dos bombardeios constantes, o que lhes permitiu recompor suas forças. O sionismo nunca foi tão questionado aos olhos do mundo.

Ao mesmo tempo, o governo israelense continua atacando de forma ativa a Cisjordânia. Mais de 800 palestinos foram mortos pelas Forças Armadas sionistas na Cisjordânia desde 7 de outubro. Também limpam o campo de refugiados de Jenin e enviaram tanques pela primeira vez desde 2002.

Até agora, Israel não conseguiu estabelecer uma ocupação terrestre em Gaza ou no Líbano. Como foi o caso em guerras anticoloniais como do Vietnã e da Argélia, isso pode ser um fator importante na futura derrota de Israel.

A PROPOSTA DE TRUMP

Nessa situação, a declaração de Trump defendendo a expulsão dos palestinos de Gaza e sua apropriação pelos EUA para a transformar em uma “Riviera do Oriente Médio” teve um efeito explosivo. Na prática, trata-se da legitimação de um novo passo para a Nakba, ligado à tentativa de anexação da Cisjordânia. Isso ameaça a segunda e a terceira fases do acordo de cessar-fogo e pode levar Israel a retomar o

genocídio. As declarações de Trump exigindo que a Jordânia e o Egito aceitem os palestinos expulsos de Gaza não foram aceitas por esses países nem pela Arábia Saudita. A situação em toda a região é explosiva e foi ainda mais radicalizada pelas declarações de Trump. Esses regimes temem que aceitar o plano de Trump possa provocar a eclosão de uma nova Primavera Árabe contra esses governos. Mas eles continuarão tentando chegar a uma proposta de conciliação com Israel e Trump.

SITUAÇÃO NA SÍRIA

A derrubada de Assad na Síria é uma vitória importante para o povo sírio e um encorajamento para as massas em toda a região. O grupo Hayat Tahrir al-Sham (HTS) está reconstruindo o Estado burguês no país e tem um projeto para impor um novo regime bonapartista. Seu plano é restabelecer o país em acordo com a Turquia, a Arábia Saudita e os países imperialistas, sem confrontar Israel. Mas não conseguiu acabar com as liberdades conquistadas pelo processo revolucionário que derrubou Assad. O processo sírio continua seu curso e estará interligado a todo o conflito na região, embora limitado de modo severo pela crise de direção revolucionária. É um exemplo de vitória que incentiva lutas contra ditaduras locais.

DEFENDER A RESISTÊNCIA PALESTINA

Chamamos a manter e ampliar a campanha em solidariedade com a luta palestina contra o genocídio israelense e a rejeitar a cínica política

de “dois Estados”. Defendemos de forma incondicional o direito da resistência palestina de se defender e obter armas onde puder. Defendemos a expansão das lutas em todo o mundo em solidariedade à Palestina, em defesa do rompimento das relações diplomáticas, militares e comerciais dos governos com Israel e contra a repressão dos governos à solidariedade à Palestina.

A derrota de Israel e a destruição do Estado sionista só serão possíveis por meio de uma combinação da continuação e da expansão da luta militar, uma nova Primavera Árabe, uma nova intifada palestina e a expansão das lutas de solidariedade em todo o mundo. Em outras palavras, um processo revolucionário que supere e enfrente as lideranças que capitulam ou colaboram com o sionismo.

Denunciamos os governos árabes por sua cumplicidade no genocídio israelense e sua inação contra Israel. Apelamos aos trabalhadores desses países para que se mobilizem de modo independente de seus governos e exijam armas para a Palestina. Defendemos uma Palestina livre, democrática e laica, do rio ao mar, associada à estratégia da revolução permanente, visando a luta por um governo operário e uma revolução socialista, por uma Federação das Repúblicas Árabes Socialistas.

PERSPECTIVAS

O que pode acontecer?

As medidas de Trump, além de agravar a crise da ordem mundial, tendem a produzir maior polarização política. Isso não significa que a resistência será aniquilada, mas levará a mais crises políticas e mais lutas, para as quais devemos estar preparados.

Não acreditamos que a retomada dos ataques de Netanyahu, caso o acordo de cessar-fogo seja rescindido, acabará com a resistência palestina, como o genocídio do último ano demonstrou.

Na Ucrânia, a guerra não será interrompida pelo decreto de Trump. Desde que ele atacou e humilhou, a popularidade de Zelensky aumentou. E há mais disposição para resistir no campo militar. E mesmo que haja uma derrota na guerra, o imperialismo russo terá que manter uma ocupação terrestre na região, com tudo o que isso acarreta.

A crise da União Europeia (UE) está sendo exposta pela humilhação imposta por Trump e pelo fracasso em chegar a uma resposta unificada. O fortalecimento da extrema direita na região é expressão do mesmo fenômeno, como pode ser visto no crescimento da Alternative für Deutschland (AfD) na Alemanha, que dobrou seus resultados nas últimas eleições federais e foi o segundo partido mais voltado no país. Mas os protestos que começam a ocorrer na própria

Alemanha contra a extrema direita indicam essa polarização crescente, assim como os resultados do Die Linke (Partido de Esquerda), que conquistou os votos da juventude.

Os protestos contra Trump nos EUA podem se expandir. Não é por acaso que as maiores mobilizações no país nas últimas décadas foram aquelas que surgiram em torno do assassinato de George Floyd durante o primeiro governo Trump. No entanto, essas mobilizações ainda enfrentam os obstáculos do Partido Democrata e a divisão do movimento de massas. As medidas, as intervenções e os ataques lançados por Trump, a cara do imperialismo, têm estimulado o aumento da consciência anti-imperialista no mundo. É por isso que é necessário promover a luta anti-imperialista contra Trump, mantendo, ao mesmo tempo, a independência do imperialismo russo e chinês, o que passa a primeiro plano. ■



Guerra na Ucrânia: quem está do lado do imperialismo e da burguesia?

 JULIO ANSELMO
DA REDAÇÃO

O novo governo Trump alterou a posição dos Estados Unidos aproximando-os dos interesses russos na Ucrânia. As cenas do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, sendo humilhado na Casa Branca, bem como as exigências para que ele aceite anexações territoriais e sujeite a Ucrânia à pressão russa, são a prova inequívoca dessa mudança. Trump suspendeu a ajuda financeira ao país como forma de pressão para que os termos russos, que preveem uma paz com anexações, sejam aceitos. Em paralelo, exige-se que Zelensky firme um acordo para a entrega das terras raras ucranianas às multinacionais estadunidenses.

Isso demonstra que a defesa que EUA e Europa promoviam em favor da Ucrânia não tinha relação com a soberania do país, mas fazia parte do plano para colonizá-la. Os interesses dos EUA se resumem a dominar a Ucrânia no plano econômico e, agora, para assegurar esse domínio, uma parte será cedida à Rússia. Ademais, o fato de Trump também querer enfraquecer a aliança entre o imperialismo chinês e a Rússia só reforça que os três se movem cada um segundo seus interesses imperialistas.

A Rússia não é movida por um suposto

anti-imperialismo, mas por seus próprios interesses imperialistas na disputa por zonas de influência, mercados, matérias-primas e lucros. Atualmente a Rússia é um país dominado pela oligarquia burguesa, atuando como potência imperialista regional que, nesse momento, utiliza a força para invadir um país mais fraco e impor seus interesses, como historicamente fazem os países imperialistas.

A esquerda de tradição stalinista não só se posiciona de maneira equivocada na guerra, como endossa Putin politicamente, retratando-o como um baluarte anti-imperialista. Tal postura, ao enganar trabalhadores e povos, os faz confiar num setor burguês e numa ala do imperialismo. Pior ainda, Breno Altman, porta-voz das tradições stalinistas no Brasil, defende que a esquerda apoie a proposta de Trump, com anexações, alegando que tal medida seria uma vitória para os povos.

O que era capitulação à burguesia e ao imperialismo russo se torna agora capitulação a Trump e ao imperialismo dos EUA. Assim, os que apoiam essa posição se tornam cúmplices do que há de mais deplorável no que um campo burguês e imperialista pode oferecer. Se é verdade que a guerra na Ucrânia se insere nas disputas interimperialistas, com Trump esses interesses foram realinhados. Enquanto a Europa enfrenta dificuldades para defender seus próprios interesses, Trump e Putin costuraram um pacto reacionário para dividir o espólio da guerra em meio ao derramamento de sangue dos

trabalhadores ucranianos – é isso que Breno Altman comemora.

Mapa da Ucrânia em fevereiro de 2025

Após três anos da invasão russa



Adaptado de ISW (Institute of the studies of the War), com dados de 17 de fevereiro de 2025

O IMPOSSÍVEL IMPERIALISMO ANTI-IMPERIALISTA DE BRENO ALTMAN

Até então, a justificativa para o apoio à Rússia na guerra era um suposto anti-imperialismo contra os EUA. Entretanto, como explicar que Trump, considerado o líder do campo inimigo da Rússia, aparece agora como seu melhor amigo? Surge, então, a nova justificativa de Breno: Trump estaria destruindo o sistema imperialista mundial. Dessa forma, o neostalinismo passa a apoiar até mesmo as medidas do imperialismo estadunidense sob a bandeira da luta do suposto campo burguês anti-imperialista.

Contudo, Trump não está erradicando o sistema imperialista mundial, mas adaptando-o aos interesses do seu projeto político e dos setores burgueses que defende. Breno ignora que as mudanças promovidas por Trump não atendem às necessidades dos trabalhadores, mas intensificam guerras, crises e ataques aos direitos. É evidente que Trump expressa uma mudança profunda na política imperialista dos EUA. Da era de defesa aberta dos mercados, passamos para a era do imperialismo com guerra comercial e mais controle tarifário para os EUA. Contudo, nada altera a necessidade dos monopólios capitalistas estadunidenses de pilhar o mundo. A política “America First” baseia-se na superexploração da máquina imperialista mais poderosa, e por isso Trump ataca a soberania do Canadá, do México, da Groenlândia e de toda a América Latina.

FALÁCIA

O colapso da teoria dos campos burgueses progressivos

As organizações stalinistas ignoram o caráter de classe dos fenômenos, reduzindo os conflitos à mera confrontação entre dois campos antagônicos. Segundo essa visão, os campos se alternariam ao longo da história, mas, em última análise, sempre haveria uma capitulação da esquerda a algum campo burguês rotulado de progressivo, democrático ou desenvolvimentista.

No caso atual, a Rússia, a China e o chamado “eixo de resistência” seriam um campo burguês

progressivo, enquanto os EUA e a Europa formariam o campo imperialista reacionário. O primeiro erro é a caracterização dos setores: o PCB, por exemplo, passou anos promovendo uma aliança com uma burguesia supostamente nacionalista e progressista contra outra, tida como pró-imperialista e entreguista. Demorou décadas para ser constatado o que os trotskistas afirmavam desde os anos 1930: há uma relação intrínseca entre ambos os setores burgueses com a burguesia nacional associada com o imperialismo, sendo ambas contrarrevolucionárias.

Breno Altman esquece que o que move todos esses países burgueses e imperialistas são os interesses das suas próprias burguesias nacionais ou estrangeiras às quais estão associados. Não vê que tanto China quanto Rússia se movem de acordo com seus interesses capitalistas e imperialistas, e não de acordo com as necessidades dos trabalhadores ou o interesse da libertação dos povos.

O segundo erro e o mais importante é atribuir um caráter progressivo diante do fracionamento entre dois setores burgueses. Não é porque há briga entre eles que algum representa os interesses dos trabalhadores. Não há nada de progressivo em nenhuma das duas alas burguesas. Há algo que une todos esses setores burgueses. É o rebaixamento permanente do nível de vida do proletariado e a política de ataques aos direitos dos trabalhadores. Ao desconsiderar a diferença do caráter de classe

fundamental entre burguesia e proletariado, qualquer análise sobre as diferentes frações da burguesia acaba embelezando um ou outro setor burguês.

A nova política de Trump expõe a falácia da teoria dos campos. Ela não explica como Trump costurou um acordo com Putin, vindos de campos supostamente opostos, para juntos explorarem a Ucrânia enquanto a Europa imperialista se rearma temendo novos conflitos. Isso demonstra que as diferentes frações do imperialismo se movem conforme seus interesses capitalistas de rapina e dominação, desmantelando a ideia de que a Rússia tem postura anti-imperialista ou progressista.

RESISTÊNCIA

Anti-imperialismo, socialismo e libertação nacional

É evidente que a guerra da Ucrânia tem a ver com os conflitos entre os setores imperialistas que lutam para dominar economicamente o país. Mas isso é uma parte da realidade. A outra é que a guerra é também uma invasão, agressão e ocupação territorial da Ucrânia por um desses blocos imperialistas: a Rússia.

Frente à agressão de um país imperialista contra outro mais fraco, as questões de libertação nacional não podem ser negligenciadas. A única maneira de unir os trabalhadores na luta contra todos os blocos imperialistas (Rússia, EUA e Europa) e contra o governo Zelensky é estar na

vanguarda da resistência à invasão estrangeira. Para Breno Altman, a luta pela autodeterminação ucraniana é secundária. Ele ignora que Lênin defendia o direito à autodeterminação dos povos, defendia inclusive o direito à separação, reconhecendo a independência de nações após a revolução na Rússia, como o caso da Finlândia. Lênin nunca defendeu que a União Soviética tivesse o direito de massacrar algum outro país mais fraco para lutar contra o imperialismo, e olha que era o Estado operário revolucionário. Hoje, Breno legitima a opressão de um país capitalista opressor contra outro menor e dominado.

Lutar contra o imperialismo sufocando a liberdade nacional dos povos é ajudar o imperialismo. Não tem como dissociar a luta anti-imperialista da luta por libertação nacional. Assim como não tem como separar a luta anti-imperialista da luta contra o capitalismo. Não existe em nenhum lugar do planeta um setor da burguesia que seja progressivo ou anti-imperialista. Para lutar contra o imperialismo, é preciso enfrentar os campos burgueses que, ainda que não sejam iguais, representam interesses de setores diferentes do imperialismo e da burguesia mundial.

AUTODETERMINAÇÃO

A posição dos socialistas diante da guerra na Ucrânia

Desde o início da guerra, a posição correta para a esquerda é a defesa incansável da soberania, da

independência e do direito à autodeterminação da Ucrânia contra a invasão e o ataque imperialista russo, denunciando ao mesmo tempo o papel nefasto do governo Zelensky e do imperialismo dos EUA e da Europa. Mas, por defender essa posição, o PSTU foi acusado por uma parte da esquerda, principalmente de tradição stalinista, de ser aliado do imperialismo dos EUA, quando na verdade agora é ela que capitula não só a Putin, mas também a Trump e aos EUA.

As críticas partem de deturpações das posições do PSTU ao não mencionar que nunca defendemos a adesão da Ucrânia à OTAN ou à União Europeia. Sempre denunciamos que os EUA e os países europeus queriam colonizar a Ucrânia, garantindo os interesses de seus capitalistas. Nunca apoiamos o governo Zelensky; pelo contrário, de forma implacável, alertamos que a própria oligarquia capitalista ucraniana com ligações com a Europa e os EUA eram um entrave para a defesa da soberania do país.

Estamos no campo militar de Zelensky para derrotar a agressão russa sem prestar nenhum apoio político a este governo. A defesa que os EUA e a Europa fazem da Ucrânia é pura hipocrisia. A exigência de armas para a Ucrânia serviu inclusive para desmascarar que estes imperialismos nunca quiseram armar os trabalhadores e o povo ucraniano, único caminho para repelir a injusta agressão russa.
Breno Altman e vários setores da esquerda

mundial não apenas estão no campo militar russo, como também prestam apoio político incondicional a eles, até mesmo diante do pacto com o imperialismo dos EUA.



DESNACIONALIZAÇÃO

O caso Avibras: a indústria de defesa em um país dominado



ANA PAULA SANTANA
PESQUISADORA DO ILAESE

Está em curso a entrega da Avibras ao capital estrangeiro. Atualmente, dois grupos empresariais disputam sua compra, escancarando a desindustrialização e a desnacionalização da indústria brasileira.

Fundada em 1961 por engenheiros do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a Avibras tornou-se um símbolo da indústria de defesa nacional. Reconhecida mundialmente pelo desenvolvimento de sistemas de mísseis, foguetes de artilharia e veículos militares, sua trajetória sempre esteve ligada à produção estratégica e à independência tecnológica do Brasil.

Ainda na década de 1960, passou a integrar o Programa Espacial Brasileiro, desenvolvendo o primeiro foguete espacial nacional para estudos atmosféricos e meteorológicos. Nos anos 1970, foi responsável por grande parte da cobertura de telecomunicações do país ao fabricar antenas parabólicas para a Telebrás. Durante a década de 1980, consolidou sua relevância global ao exportar sistemas de defesa como o ASTROS, posteriormente incorporado ao Exército Brasileiro nos anos 1990. Nos anos 2000, expandiu sua atuação com projetos como o Míssil Tático AV-TM, o Veículo de Reconhecimento AV e o VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), reforçando

sua parceria com as Forças Militares Brasileiras. Agora, a possibilidade de sua venda não só compromete esse legado, mas também entrega tecnologias sensíveis a interesses estrangeiros, colocando em risco a soberania nacional.



Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região cobra de Lula a estatização da Avibras | Foto: Sindmetal SJC

CRISE

Desnacionalização e abandono estatal

Desde 2023, diversas empresas estrangeiras manifestaram interesse em comprá-la. Por quais razões sondam a Avibras como aves de rapina? A empresa possui tecnologia de ponta, proximidade com os principais institutos de pesquisa do país, como o ITA, centenas de trabalhadores qualificados, produtos de defesa de interesse global e uma estrutura de produção financiada pelo Estado brasileiro ao longo de décadas.

Desde março de 2025, dois grupos disputam a aquisição: o conglomerado saudita Black Storm Military Industries, cujo interesse foi oficialmente confirmado pela Avibras e um consórcio formado pelo grupo Brasilinvest, de Mario Garnero, o Abu Dhabi Investment Group (ADIG), o fundo americano GF Capital e a Akaer. Caso a Avibras seja entregue ao grupo saudita, o Brasil perderá o controle sobre tecnologias essenciais, afetando diretamente programas estratégicos das Forças Armadas. Já o consórcio com a Akaer, que conta com participação acionária estrangeira (inclusive da sueca Saab e da francesa Altran), também representa um risco iminente para a soberania tecnológica do país. A Akaer, empresa do setor de defesa que mais cresce no Brasil, agora deseja uma fusão com a Avibras. Mas até onde essa fusão vai? Para integrar ou para liquidar a empresa? O que está em jogo aqui não é apenas um negócio, mas o futuro da indústria de defesa nacional.

O Ministério da Defesa e o Exército acompanham as negociações, mas apenas para validar a desnacionalização da empresa, injetando mais recursos públicos em um negócio que beneficiará o capital estrangeiro. Em 2024, o Ministério da Defesa declarou que a transação era apenas uma relação comercial privada e que, posteriormente, avaliaria se a Avibras continuaria sendo classificada como Empresa Estratégica de Defesa. Desta forma, os recursos públicos repassados para a Avibras em financiamento de projetos simplesmente serão embolsados pelo proprietário.

ESTATIZAÇÃO

A única saída para preservar a soberania nacional

Desde março de 2022, os trabalhadores da Avibras estão em greve. A produção só foi retomada em momentos pontuais, sob a supervisão do sindicato e do Comitê de Greve, para garantir que os recursos fossem destinados ao pagamento de salários. Ainda assim, permanecem há 22 meses sem salários e sem plano de saúde, enfrentando adoecimento, divórcios e até mesmo a morte de colegas. Mais de mil trabalhadores qualificados foram forçados a buscar sustento em aplicativos ou empresas menores, enquanto outros 500 se desligaram da empresa. O saber acumulado ao longo de décadas por esses trabalhadores – a base do desenvolvimento tecnológico da Avibras – está sendo descartado.

O planejamento da Defesa Nacional precisa passar pela estatização das grandes empresas do setor, integrando-as aos institutos científicos e universidades públicas. Somente assim, será possível desenvolver tecnologia própria e romper com a dependência do Brasil em relação ao complexo industrial militar internacional. ■



8 DE MARÇO

Manifestações contra a violência machista e por direitos marcam protestos no Brasil e no mundo

 ERIKA ANDREASSY
SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PSTU

O 8 de março deste ano foi marcado por uma série de manifestações ao redor do mundo e no Brasil, pelo fim da violência machista e por direitos democráticos e contra o avanço da extrema direita e os ataques às conquistas sociais perpetrados por governos burgueses de todos os matizes. Também foram levantadas bandeiras de apoio ao povo e às mulheres palestinas e à resistência ucraniana, entre outras reivindicações.



Militância do PSTU no ato do 8M em São Paulo (SP) | Foto: Maísa Mendes

CONTEXTO GLOBAL

No cenário internacional, o 8 de Março foi palco de protestos massivos em diversos países. Em Nova York, nos Estados Unidos, a mobilização teve um tom de resistência frente a nova administração Trump, com denúncias dos retrocessos nos direitos das mulheres e setores oprimidos. Além das tradicionais passeatas, em que manifestantes levantaram cartazes contra Elon Musk, houve discursos em pontos icônicos da cidade e projeções de mensagens em edifícios históricos.

Na Europa, onde milhares de mulheres tomaram as ruas em diversos países, denunciando as desigualdades salariais, os feminicídios e os discursos misóginos, entre outras reivindicações, em algumas partes houve repressão. Em Berlim um grupo de manifestantes levando bandeiras palestinas foram duramente reprimidas pela polícia, já na Turquia, houve restrições de deslocamento, sendo que as manifestações foram acompanhadas por amplos efetivos policiais.

Na América Latina, países como Argentina, Chile e México também tiveram grandes mobilizações. No México, os feminicídios atingem números alarmantes, e as mulheres exigiram políticas públicas eficazes para combater a violência de gênero. Também houve repressão em algumas cidades do país.

Na Argentina, onde o governo Milei aplica um forte plano de ajuste e ameaça direitos democráticos de mulheres e LGBTI+, sindicatos e movimentos de mulheres denunciaram as políticas de austeridade

que afetam diretamente mulheres e trabalhadoras, os cortes em programas sociais e previdenciários que prejudicam mães solo e trabalhadoras informais e exigiram a manutenção das políticas de equidade de gênero.

O CENÁRIO NO BRASIL

No Brasil, o 8 de Março foi marcado por uma onda de protestos em diversas cidades de norte a sul do país. As manifestações, que ocorreram ainda em clima de carnaval, reuniram milhares de mulheres, exigindo o fim da violência machista e da escala 6×1, em defesa dos direitos reprodutivos e pela legalização do aborto. Faixas, cartazes e estandartes também ressaltaram a questão da carestia e contra o arcabouço fiscal, abaixo a Trump e a extrema direita no Brasil e no mundo, sem anistia e prisão dos golpistas do 8 de janeiro, a luta contra o racismo e a LGBTQIA+fobia e a solidariedade internacional das trabalhadoras.

EXPLOSÃO DA VIOLÊNCIA MACHISTA

Um dos temas centrais das manifestações foi o combate à violência de gênero. O país enfrenta números alarmantes de feminicídios e agressões contra mulheres, especialmente mulheres negras e trans. As manifestantes denunciaram a falta de políticas públicas eficazes para proteger as mulheres e o corte de verbas nessas áreas. Outro ponto destacado foi a defesa dos direitos reprodutivos e a luta contra a criminalização do aborto. Em um contexto de crescente influência de grupos conservadores e religiosos no Congresso Nacional, as mulheres brasileiras

reforçaram a necessidade de garantir a autonomia sobre seus corpos. Inclusive denunciando o governo Lula por negociar esses direitos em troca do apoio do centrão no congresso e a exigência de que o governo cumpra sua promessa e impulsione a legalização do aborto já.

POSIÇÃO

Oposição de esquerda ao governo Lula e independência política

Mas se o tom das manifestações foi em geral de denúncia e exigências aos governos municipais e estaduais, em especial nas regiões em que a setores de direita e extrema direita governam, nem todos os setores tiveram acordo em estendê-las ao governo federal.

PT, PCdoB, UP e setores majoritários do PSOL, tiveram uma política de eximir o governo Lula-Alckmin, ao buscar a todo momento evitar que o mesmo fosse mencionado nos eixos centrais, manifestos e plataformas de reivindicações unitárias, ou mesmo nas palavras de ordem adotadas, sob o argumento de que isso fortaleceria a extrema direita e o avanço do fascismo.

Em São Paulo, a posição desses setores foi tão vergonhosa que na reivindicação de “abaixo ao arcabouço fiscal de Lula-Alckmin”, consensuaram em acrescentar “do Congresso e do mercado”, e posteriormente, numa manobra descarada, votaram retirar a menção ao governo Lula-Alckmin e manter o restante, como se a

medida fosse uma iniciativa do congresso e do mercado, e o governo não tivesse responsabilidade por sua aprovação.

Nesse sentido, nossa participação nas manifestações, teve como um dos pontos centrais o chamado à independência política do governo e dos patrões e a oposição de esquerda ao governo Lula-Alckmin, como única forma inclusive de barrar o avanço da extrema direita, já que, para nós é a postura omissa e conivente do governo, que leva ao fortalecimento desse setor na sociedade.

